

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, E TECNOLOGIA DO  
TOCANTINS  
CAMPUS PALMAS  
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA

FRACIANA LOBO FELIPE MACHADO  
KAROLINE SOUSA SILVA BARCELOS

**A3P: ANÁLISE DAS LICITAÇÕES (PREGÃO ELETRÔNICO)**  
**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO**  
**TOCANTINS - 2016**

PALMAS-TO  
2017

FRACIANA LOBO FELIPE MACHADO  
KAROLINE SOUSA SILVA BARCELOS

**A3P: ANÁLISE DAS LICITAÇÕES (PREGÃO ELETRÔNICO) INSTITUTO  
FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS -  
2016**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado  
ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão  
Pública, do Instituto Federal de Educação,  
Ciências e Tecnologia do Tocantins - Campus  
Palmas, sob orientação do Profº Adão Pinto  
dos Santos, Mestre; e coorientação da  
Profª Liliane Garcia da Silva Moraes Rodrigues  
Mestre.

PALMAS – TO  
2017

FRACIANA LOBO FELIPE MACHADO  
KAROLINE SOUSA SILVA BARCELOS

**A3P: ANÁLISE DAS LICITAÇÕES (PREGÃO ELETRÔNICO) INSTITUTO  
FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS -  
2016**

Aprovado em 29 de Agosto de 2017.

**BANCA AVALIADORA**

---

Prof. Me. Adão Pinto dos Santos (Orientador)  
IFTO – Campus Palmas

---

Prof<sup>a</sup>Ma. Liliane Garcia da Silva Moraes Rodrigues  
IFTO – Campus Paraíso (Coorientadora)

---

Prof<sup>a</sup>Dr<sup>a</sup>Nahete de Alcântara Silva  
IFTO – Campus Palmas

---

Prof<sup>o</sup>Dr. Frank Toshimi Tamba  
IFTO – Campus Palmas

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente a Deus, pois sem ele não conseguiríamos chegar até aqui.

Aos nossos pais e familiares que sempre nos ajudaram e nos guiaram no caminho certo para buscarmos um futuro melhor.

Aos professores por dedicação e comprometimento na construção de nosso conhecimento.

Aos professores integrantes de nossa banca pelas contribuições que enriqueceram o presente trabalho.

Ao professor e orientador Adão Pinto dos Santos e em especial a nossa coorientadora Liliane Garcia da Silva Moraes Rodrigues do Campus de Paraíso que dedicou e compartilhou seus conhecimentos e tempo para conosco.

Por fim a todos que direto e indiretamente contribuíram para a realização deste sonho.

## RESUMO

O presente trabalho investigou as licitações na modalidade Pregão Eletrônico do ano de 2016, no Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Tocantins sob a perspectiva do Programa de Agenda Ambiental na Administração Pública. Para tanto, foram realizadas pesquisas e análise documental junto à Pró-reitora de Administração do IFTO e no portal eletrônico das Compras Governamentais do Governo Federal. Também, as informações foram sistematizadas, a fim de subsidiar a avaliação da sustentabilidade, e posteriormente, foi elaborada a Matriz Swot-strategic (Matriz S) proposta por Coelho (2014). Os resultados encontrados foram que no IFTO mostra 23 processos dos quais estão distribuídos em 6 unidades do IFTO, especialmente 30,4% estão na Reitoria; o principal elemento de despesas foi para equipamentos e materiais permanentes(39,1%), e quanto à sustentabilidade, 65,2% dos processos abrangem o pilar Econômico. E com relação a Matriz S, os resultados demonstram que a instituição possui eficácia na Administração Pública pela adesão a A3P nos processos licitatórios de modalidade pregão eletrônico. Assim, conclui-se que este estudo demonstrou que os processos licitatórios na modalidade pregão eletrônico do IFTO estão em conformidade com a A3P.

**Palavras-chaves:** Sustentabilidade; gestão ambiental; administração pública.

## **ABSTRACT**

The present work investigated the biddings in the Electronic Proclamation modality of the year 2016, in the Federal Institute of Education, Sciences and Technology of Tocantins from the perspective of the Environmental's Program Agenda in the Public Administration. For this purpose, research and documentary analysis were carried out together with the of IFTO's Pro-Rector of Administration and the Federal Government's electronic portal of Government Procurement. Also, the information was systematized in order to subsidize the sustainability assessment, and later, the Swot-strategic Matrix (Matrix S) proposed by Coelho (2014) was elaborated. The results was that IFTO shows 23 processes of which are distributed in 6 IFTO units, especially 30.4% in the Rectory; The main item of expenditure was for Permanent Equipment and Materials (39.1%), and for sustainability, 65.2% of the processes covered the Economic pillar. And with regard to Matrix S, the results showed that the institution has effectiveness in the Public Administration by adherence to A3P in the bidding processes of electronic trading modality. Thus, it is concluded that this study demonstrated the bidding processes in the IFTO electronic trading modality are in accordance with the A3P.

**Key-words:** Sustainability; environmental management; public administration.

## LISTA DE FIGURAS

|                                                                                                                       |    |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Figura 1. Autorização na Pró-reitora de Administração, do IFTO, para realização do estudo.....                        | 17 |
| Figura 2. Portal eletrônico utilizado para consulta dos pregoes do IFTO no ano de 2016 para realização do estudo..... | 18 |
| Figura 3. Metodologia utilizada na proposição de medidas de conformidade para IFTO .....                              | 19 |
| Figura 4. Distribuição dos pregões eletrônicos do IFTO do ano de 2016 por unidade.....                                | 22 |
| Figura 5. Distribuição dos pregões eletrônicos do IFTO do ano de 2016 por elementos de despesas.....                  | 23 |
| Figura 6. Classificação dos pregões eletrônicos do IFTO do ano de 2016 em sustentabilidade.....                       | 24 |

## **LISTA DE TABELAS**

|                                                                                                                                  |    |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Tabela 1. Eixos de atuação do Programa A3P estabelecidos pelo MMA.....                                                           | 12 |
| Tabela 2. Diagnóstico das informações dos processos licitatórios do ano de 2016 do IFTO na modalidade de pregão eletrônico ..... | 20 |
| Tabela 3. Matriz S para as licitações realizadas no ano de 2016 do IFTO .....                                                    | 25 |

## SUMÁRIO

|                                                                 |     |
|-----------------------------------------------------------------|-----|
| RESUMO.....                                                     | IV  |
| ABSTRACT .....                                                  | V   |
| LISTA DE FIGURAS .....                                          | VI  |
| LISTA DE TABELAS .....                                          | VII |
| 1 INTRODUÇÃO .....                                              | 9   |
| 2 OBJETIVOS .....                                               | 10  |
| 2.1 Objetivo Geral .....                                        | 10  |
| 2.2 Objetivos Específicos .....                                 | 10  |
| 3 REVISÃO DE LITERATURA .....                                   | 11  |
| 3.1 Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P .....       | 11  |
| 3.2 Licitações .....                                            | 13  |
| 3.2.1 Licitação – Modalidade Pregão Eletrônico.....             | 14  |
| 3.3 Compras Sustentáveis .....                                  | 15  |
| 3.4 Matriz de Análise SWOT .....                                | 16  |
| 4 METODOLOGIA.....                                              | 17  |
| 4.1 Localização da área de estudo .....                         | 17  |
| 4.2 Diagnóstico da Sustentabilidade .....                       | 18  |
| 4.3 Avaliação da Sustentabilidade e Proposição de medidas ..... | 18  |
| 5 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....                                   | 20  |
| 6 CONCLUSÃO.....                                                | 27  |
| REFERÊNCIAS.....                                                | 28  |

## 1 INTRODUÇÃO

A Lei 8.666, artigo 3º de 21 de junho de 1993 regulamenta as compras e serviços da Administração Pública que deverão respeitar as práticas sustentáveis, observando a isonomia, promovendo o desenvolvimento sustentável regional, menor impacto sobre recursos naturais, eficiência na utilização de recursos naturais, maior vida útil e menor custo de manutenção de bens e de obras (BRASIL, 2012).

A licitação é o procedimento administrativo no qual Administração Pública convoca empresas interessadas na apresentação de proposta para fornecimento de bens e produtos, conforme condições estabelecidas em edital ou convite com proposta mais vantajosa para estado, e deve reunir as condições necessárias que atendam o interesse público, considerando aspectos relacionados à capacidade técnica e econômica, qualidade do produto e valor do objeto (BRASIL, 1993).

A mitigação dos impactos ambientais no âmbito mundial é uma preocupação para sociedade e dos governos. Que para tanto, surgem as políticas governamentais e ações em gestão ambiental. No Brasil, a Constituição Federal (CF) de 1988, manifesta o direito ao ambiente equilibrado e atribuiu para o Estado e a sociedade o poder de defendê-lo (BRASIL, 1988).

Por causa dessa preocupação, no âmbito das autarquias da administração pública, o Ministério do Meio Ambiente (MMA) cria o Programa de Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), o qual busca a revisão dos padrões de produção e consumo e aderir a novos referenciais de sustentabilidade ambiental (BRASIL, 2009).

O Programa A3P também instiga os gestores públicos para a importância das questões ambientais e estimulá-los a aderirem os princípios e critérios de gestão ambiental da rotina funcional (BRASIL, 2009).

Nessa perspectiva, no ano de 2011 o Instituto Federal de Educação, Ciências Tecnologia do Tocantins faz adesão ao A3P do MMA, e executa ações afinadas com as metas do Programa que visam à sustentabilidade ambiental dentro dessa autarquia pública.

Contudo, Santos (2013) ressalta que embora, a implantação do A3P no IFTO, seja recente, a instituição necessita executar ações que promovam o engajamento e a sensibilização de número cada vez maior de servidores (SANTOS, 2013).

## **2 OBJETIVOS**

### **2.1 Objetivo Geral**

Investigar as licitações na modalidade Pregão Eletrônico do ano de 2016, no Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Tocantins sob a perspectiva do Programa de Agenda Ambiental na Administração Pública.

### **2.2 Objetivos Específicos**

- Identificar a sustentabilidade nas licitações da modalidade Pregão Eletrônico do ano de 2016;
- Propor medidas para inconformidades identificadas no estudo.

### 3 REVISÃO DE LITERATURA

#### 3.1 Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P

O poder público e a administração pública são consumidores de bens e serviços. A sociedade exige por parte desses atores e dessas instituições, a quebra de paradigmas sobre os padrões insustentáveis advindos da globalização, com adoção de medidas mitigadoras para os impactos ambientais antrópicos, especialmente porque estes competem o desenvolvimento de programas que promovam a responsabilidade socioambiental, com vistas a contribuir para um meio ambiente mais equilibrado (CARVALHO & SOUSA, 2013).

Brasil (2011) recomenda a adoção de práticas sustentáveis no âmbito da Administração Pública, por intermédio do Programa de Agenda Ambiental na Administração Pública-A3P, sendo este criado em 1999, o qual é coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente, que tem como princípio a inserção de critérios socioambientais nas instituições.

Nessa perspectiva, as três esferas de governo e no âmbito dos três poderes devem adotar normas e padrões de sustentabilidade de modo a orientar a aquisição, a utilização, o consumo e a gestão dos recursos naturais e bens públicos (BRASIL, 2011).

Os critérios e práticas de sustentabilidade que deverão ser adotados pela Administração Pública são veiculados pelas seguintes diretrizes:

- Menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;
- Preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
- Maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
- Maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;
- Maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;
- Uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;
- Origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obras (BRASIL, 2012).

Além disso, segundo Brasil (2011) as ações do Programa A3P devem:

- Sensibilizar e promover a capacitação dos servidores;
- Realizar diagnósticos;
- Elaborar e implementar projetos e atividades;

- Desenvolver processos de avaliação e monitoramento;
- Divulgar e tornar públicos os resultados.

Para tanto, Brasil (2009) definiu 6 (seis) eixos temáticos norteadores para consecução de seus objetivos em prol da execução de práticas sustentáveis, sendo apresentado no Tabela 1.

**Tabela 1.** Eixos de atuação do Programa A3P estabelecido pelo MMA.

| EIXO TEMÁTICO                                             | AÇÕES                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     |
|-----------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <i>Uso racional dos recursos naturais e bens públicos</i> | Utilizar bens naturais e públicos com racionalidade e de forma econômica evitando desperdício, uma vez que o modelo econômico é baseado em padrões de produção e consumo insustentáveis. Engloba o uso racional de energia, água e madeira além do consumo de papel, copos plásticos e outros materiais de expediente.    |
| <i>Gestão adequada dos resíduos gerados</i>               | Passa pela adoção da política dos 5R's: Repensar, Reduzir, Reutilizar, Reciclar e Recusar. Dessa forma deve-se primeiramente pensar em reduzir o consumo e combater o desperdício para só então destinar o resíduo gerado corretamente.                                                                                   |
| <i>Qualidade de vida no ambiente de trabalho</i>          | Facilitar e satisfazer as necessidades do servidor ao desenvolver suas atividades na organização através de ações para o desenvolvimento pessoal e profissional.                                                                                                                                                          |
| <i>Sensibilização e capacitação dos servidores;</i>       | Criar e consolidar a consciência cidadã da responsabilidade socioambiental nos servidores. O processo de capacitação contribui para o desenvolvimento de competências institucionais e individuais fornecendo oportunidade para os servidores desenvolverem atitudes para um melhor desempenho de suas atividades.        |
| <i>Compras públicas sustentáveis</i>                      | Promoção de responsabilidade socioambiental da Administração Pública em suas compras. As licitações sustentáveis são importantes não só para a conservação do meio ambiente mas também apresentam uma melhor relação custo/benefício a médio ou longo prazo quando comparadas às que se valem do critério de menor preço. |
| <i>Construções sustentáveis.</i>                          | Adoção de medidas adotadas durante todas as etapas da obra que visam a sustentabilidade da edificação. Através da adoção dessas medidas é possível minimizar os impactos negativos sobre o meio ambiente além de promover a economia dos recursos naturais e a melhoria na qualidade de vida dos seus ocupantes.          |

**Fonte:** Adaptado de Brasil, 2009.

De acordo com Brasil (2017), existem 312 intuições que aderiram ao Programa até o ano de 2016, sendo distribuídas nas seguintes esferas dos poderes: 207 municipais; 234 estaduais; e 217 federais.

### 3.2 Licitações

A Constituição Federal de 88 regulamenta no Artigo 37 inciso XXI que trata sobre obras, serviços, compras e alienações regidos pelo processo de licitação.

**Art. 37.** A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

**XXI-** ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações (BRASIL, 1993).

Com base no que a Constituição Federal rege, foi criada a Lei 8.666 de junho de 1993 que institui normas para licitações e contratos na administração pública.

**Art. 1º.** Estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações e locações no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (BRASIL, 1993).

No capítulo II seção I Brasil (1993) trata-se das modalidades, limites e dispensas. O mesmo traz sobre o local da licitação, sobre o edital, os prazos de entrega de propostas e análise das mesmas. Bem como o artigo 22 abordam-se modalidades de licitação, que são: concorrência, tomada de preço, convite, concurso e leilão.

**§ 1º** Concorrência é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados que, na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto.

**§ 2º** Tomada de preços é a modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.

**§ 3º** Convite é a modalidade de licitação entre interessados do ramo pertinente ao seu objeto, cadastrados ou não, escolhidos e convidados em número mínimo de 3 (três) pela unidade administrativa, a qual afixará, em local apropriado, cópia do instrumento convocatório e o estenderá aos demais cadastrados na correspondente especialidade que manifestarem seu interesse com antecedência de até 24 (vinte e quatro) horas da apresentação das propostas.

**§ 4º** Concurso é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores, conforme critérios constantes do edital publicado na imprensa oficial com antecedência mínima de 45 (quarenta e cinco) dias.

**§ 5º** Leilão é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para a venda de bens móveis inservíveis para a Administração ou de produtos legalmente apreendidos ou penhorados, ou para a alienação de bens

imóveis prevista no Art. 19, a quem oferecer o maior lance, igual ou superior ao da avaliação (BRASIL, 1993).

Dessa forma o processo de seleção da pessoa física ou jurídica que irá fornecer o bem ou executar o serviço para a Administração Pública, será regido segundo as Leis de Licitações. A execução de obras, a prestação de serviços e o fornecimento de bens para o setor público, além das alienações e locações devem ser contratados através de licitações públicas, exceção ao que a própria Lei de Licitações e suas alterações posteriores permitem que sejam contratadas diretamente, na forma de dispensa ou inexigibilidade de licitação (BRASIL, 2012).

### *3.2.1 Licitação – Modalidade Pregão Eletrônico*

O pregão eletrônico foi instituído pela Lei Federal n.º 10.520/2002 e regulamentado pelo Governo Federal pelos Decretos n.º 3.555/2000 e n.º 5.450/2005, sendo a sexta modalidade de licitação (BRASIL, 2002).

Essa modalidade é aplicada para obtenção de bens e serviços comuns de qualquer valor. O certame é feito em sessão pública, por meio de propostas e lances, para que o licitante seja classificado e habilitado através da proposta de menor preço, podendo ser realizado de maneira eletrônica (os licitantes se encontram em sala virtual pela internet) (BRASIL, 2005).

O método do Pregão eletrônico adota as normas básicas do pregão comum, porém não há presença física do pregoeiro e dos participantes, sendo que a comunicação é feita através de via eletrônica. O mesmo é aberto para todo o público, qualquer cidadão pode acompanhar o processo licitatório, os valores de cada lance realizado, o vencedor e até a duração da disputa, assim é trabalhado a transparência e o controle social (BRASIL, 2000).

A novidade que a modalidade pregão traz é que apenas os documentos apresentados pelo participante que tenha exposto a melhor proposta são avaliados, reduzindo assim de maneira drástica a burocracia e os custos (BRASIL, 2005).

O pregão é realizado por meio das modalidades: concorrência, tomada de preços e convite. Podem ser adquiridos por meio do pregão os bens e serviços

comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade consistir em ser definidos por edital (BRASIL, 2002).

Abrange-se nesta categoria as reposições de equipamentos, mobílias, material de escritório e combustível, serviços tais como manutenção de equipamentos, limpeza, conservação, vigilância, locação, agenciamento de viagem, vale-refeição, bens e serviços de informática, transporte e seguro saúde (BRASIL, 2000).

### **3.3 Compras Sustentáveis**

Para que o Estado cresça e abrigue as questões sociais é necessário que seja realizada contratações de bens e serviços. Como já citado, a atual Constituição Federal em seu artigo 37, inciso XXI trata das contratações de obras, serviços, compras e alienações, que se dá mediante licitação pública. Com esse procedimento, o estado toma como base “a melhor proposta” entre seus fornecedores, e é justamente sobre a proposta que ocorre a promoção da sustentabilidade ambiental por parte da Administração Pública (BRASIL, 2010).

Não é satisfatório que o Estado traga a proposta mais lucrativa em termos econômicos, indispensável se faz que no conteúdo dessa “melhor proposta” olhe para os aspectos ambientais em cumprimento à constituição e à lei que a regi de que o Poder Público junto com a sociedade são responsáveis pelo cuidado e manutenção de um meio ambiente ecologicamente equilibrado (BRASIL, 2010).

Por isso é necessário olhar não somente para a parte econômica, referente a preço e oferta, devem analisar os critérios ambientais referentes a eco eficiência, de como os produtos e serviços contratados são produzidos e comercializados, e suas consequências ao serem consumidos. Por isso o consumo público tem que ser sustentável, assim como meio para esta realização temos as “*licitações sustentáveis*” (BRASIL, 2012).

### 3.4 Matriz de Análise SWOT

O termo SWOT é uma abreviação das palavras *strengths*, *weaknesses*, *opportunities* e *threats* que significam: forças, fraquezas, oportunidades e ameaças, porém é bastante comum no Brasil usarem a sigla FOFA esta é usada para analisar aos pontos fortes e fracos de uma organização, como também as oportunidades e ameaças que a mesma está sujeita. (CHIAVENATO, 2007).

Conceitualmente, a análise SWOT trata se de uma ferramenta estrutural da administração, onde seu principal alvo é analisar os ambientes internos e externos, montando estratégias de negócios para a empresa com o objetivo de aperfeiçoar sua atuação no mercado. Ela geralmente é empregada durante o planejamento estratégico. (CHIAVENATO, 2007).

Suas características dividem-se em dois ambientes: o interno e o externo. O interno se refere à organização e conta com as forças e fraquezas que a mesma apresenta. Força está relacionada às vantagens que a empresa possui com relação aos concorrentes e as Fraquezas são as aptidões que interferem ou prejudicam o andamento do negócio. (CHIAVENATO, 2007).

Já o externo se refere às questões de força maior, que estão fora do controle da empresa. As ameaças, ao contrário das oportunidades, são forças externas que influenciam negativamente a empresa, podendo prejudicar o planejamento estratégico. As oportunidades são forças externas que influenciam positivamente a empresa como a mudança na economia, alteração em algum tributo, investimentos externos, dentre outros (CHIAVENATO, 2007).

Contudo a matriz de análise SWOT trata-se de uma ferramenta para uma extensa análise ambiental corporativa que age como um pilar de sustentação da gestão e o planejamento estratégico de uma organização. É importante notar que devido à matriz ser simples pode ser utilizada por empresas de qualquer porte e tamanho (CHIAVENATO, 2007).

## 4 METODOLOGIA

### 4.1 Localização da área de estudo

A pesquisa foi realizada na Pró-reitora de Administração, do Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Tocantins, nos processos de licitação, modalidade Pregão Eletrônico, realizados no ano de 2016, conforme Figura 1.



**Figura 1.** Autorização do na Pró-reitora de Administração, do IFTO, para realização do estudo.

## 4.2 Diagnóstico da Sustentabilidade

Foi realizada pesquisa documental dos processos de licitação na modalidade, no portal eletrônico (Figura 2) [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br), conforme Cellard (2008), onde possibilitou a compreensão e interpretação da sustentabilidade segundo Brasil (2009).

**Figura 2.** Portal eletrônico utilizado para consulta dos pregões do IFTO no ano de 2016. para realização do estudo.

Além disso, foram realizadas reuniões com Pró-reitor de Administração do IFTO, Professor Rodrigo Gori, a fim de sanar dúvidas e para esclarecimentos.

## 4.3 Avaliação da Sustentabilidade e Proposição de medidas

Para avaliar a sustentabilidade, as informações foram sistematizadas segundo recomendações de Richardson (1989), do seguinte modo:

- Distribuição dos processos nas unidades do IFTO;
- Modalidade do elemento de despesas;
- Sustentabilidade.

Posteriormente, foi elaborada a Matriz Swot-strategic (Matriz S) proposta por Coelho (2014), a qual visa captar a percepção situacional do sistema sob análise, por meio do cruzamento de quatro subcategorias, onde: as *forças* são as vantagens

das licitações (pregão eletrônico) sustentáveis têm em relação às orientações do A3P; as *fraquezas* são as desvantagens da instituição; enquanto as *oportunidades* são as influências positivas que a mesma pode atuar diretamente na sociedade, e por fim as *ameaças* são as forças externas que influenciam negativamente.

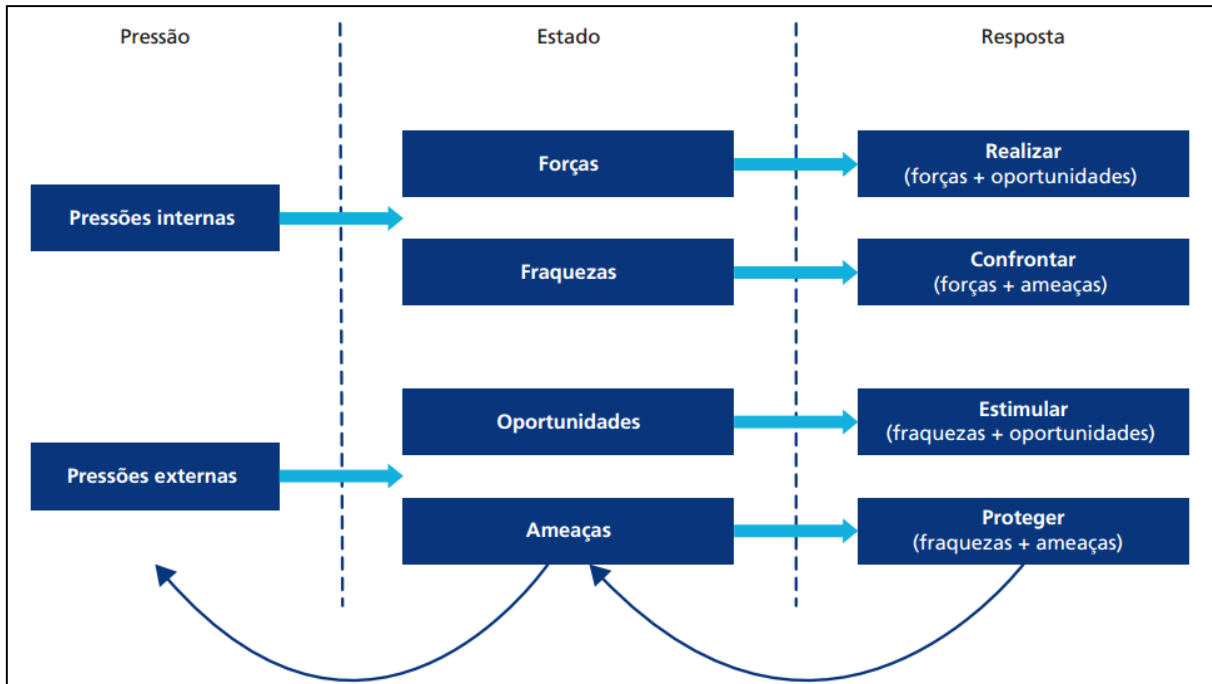


**Figura 3.** Metodologia utilizada na proposição de medidas de conformidade para IFTO.  
**Fonte:** Coelho Filho et al. (2016).

## 5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Tabela 2 apresenta as informações relativas à consulta dos processos de licitação na modalidade de pregão eletrônico, sendo que para o ano de 2016 o IFTO exibe 23 processos dos quais estão distribuídos em 6 unidades do IFTO.

**Tabela 2.** Diagnóstico das informações dos processos licitatórios do ano de 2016 do IFTO na modalidade de pregão eletrônico.

| N,ºEDITAL | OBJETIVO                                                                                                             | ELEMENTO DE DESPESA                                 | SUSTENTABILIDADE                                                                                                   |
|-----------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 05/2016   | Serviço de vigilância armada                                                                                         | Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica      | A empresa é sediada no estado do Tocantins (econômico), bem como emprega mão de obra da região (social).           |
| 17/2016   | Serviço de apoio logístico para realização de concurso público                                                       | Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica      | Emprega mão de obra da região (social).                                                                            |
| 25/2016   | Aquisição de trator agrícola e implementos                                                                           | Equipamentos e Material Permanente                  | Empresas de Pequeno Porte, sustentabilidade econômica.                                                             |
| 27/2016   | Serviços gráficos- agenda institucional e calendário                                                                 | Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita | A empresa é sediada no estado do Tocantins (econômico), bem como emprega mão de obra da região (social), ambiental |
| 08/2016   | Empresa especializada na implementação, operação e manutenção de circuito de acesso, sincromo, dedicado a internet   | Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica      | Não houve                                                                                                          |
| 20/2016   | Material de expediente (agenda telefônica, álcool, apagador para quadro branco, barbante, borracha e etc.)           | Material Consumo                                    | Empresas de Pequeno Porte, sustentabilidade econômica.                                                             |
| 21/2016   | Aquisição de equipamentos de ar condicionado - inverter                                                              | Equipamentos e Material Permanente                  | Sustentabilidade ambiental e econômica.                                                                            |
| 24/2016   | Material de manutenção, material elétrico, material hidráulico, transformador, bomba submersa e fita eletromagnética | Equipamentos e Material Permanente                  | Empresas de Pequeno Porte, sustentabilidade econômica.                                                             |
| 01/2016   | Aquisição de Ração animal e animais                                                                                  | Material Consumo                                    | Empresas de Pequeno Porte, sustentabilidade econômica.                                                             |

Continua

## Continuação

**Tabela 2.** Diagnóstico das informações dos processos licitatórios do ano de 2016 do IFTO na modalidade de pregão eletrônico.

| N.º<br>EDITAL | OBJETIVO                                                                                                  | ELEMENTO DE<br>DESPESA                              | SUSTENTABILIDADE                                                                                           |
|---------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 06/2016       | Aquisição de medicamento e materiais ambulatoriais                                                        | Material Consumo                                    | de Empresas de Pequeno Porte, sustentabilidade econômica.                                                  |
| 12/2016       | Aquisição de Material agropecuário                                                                        | Material Consumo                                    | de Empresas de Pequeno Porte, sustentabilidade econômica.                                                  |
| 27/2016       | Aquisição de material de irrigação                                                                        | Material Consumo                                    | de Empresas de Pequeno Porte, sustentabilidade econômica.                                                  |
| 19/2016       | Serviços comuns de engenharia                                                                             | Obras Instalações                                   | e Emprega mão de obra da região (social).                                                                  |
| 10/2016       | Aquisição de cilindros de gases especiais para laboratório e compressor para consultório odontológico     | Equipamentos Material Permanente                    | e Empresas de Pequeno Porte, sustentabilidade econômica.                                                   |
| 14/2016       | Contratação de serviços de alimentação, cardápio lanche para atender equipe que realiza processo seletivo | Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita | A empresa é sediada no estado do Tocantins (econômico), bem como emprega mão de obra da região (social).   |
| 07/2016       | Aquisição de licença de uso de software de automação e administração de bibliotecas                       | Equipamentos Material Permanente                    | e Empresas de Pequeno Porte, sustentabilidade econômica.                                                   |
| 15/2016       | Aquisição projetoresmultimídia e cabos pra projetores                                                     | Equipamentos Material Permanente                    | e Empresas de Pequeno Porte, sustentabilidade econômica.                                                   |
| 22/2015       | Aquisição de equipamentos para laboratório                                                                | Equipamentos Material Permanente                    | e Empresas de Pequeno Porte, sustentabilidade econômica.                                                   |
| 13/2016       | Contratação de empresa para fornecimento e instalação de pita tatil direcional                            | Obras Instalações                                   | e A empresa é sediada no estado do Tocantins (econômico), bem como emprega mão de obra da região (social). |
| 11/2016       | Contratação e aquisição de serviço de recarga de extintores de incêndio                                   | Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica      | Empresas de Pequeno Porte, sustentabilidade econômica.                                                     |
| 01/2016       | Aquisição material de copa e cozinha                                                                      | Material Consumo                                    | de Empresas de Pequeno Porte, sustentabilidade econômica.                                                  |
| 02.2016       | Aquisição de equipamentos e componentes de informática                                                    | Equipamentos Material Permanente                    | e Empresas de Pequeno Porte, sustentabilidade econômica.                                                   |
| 26/2016       | Aquisição de equipamentos para os laboratórios de saúde, biotecnologia, metrologia                        | Equipamentos e Material Permanente                  | Empresas de Pequeno Porte, sustentabilidade econômica.                                                     |

**Fonte:** Adaptado de Brasil (2017).

A Figura 4 exibe a distribuição dos processos nas unidades do IFTO, da seguinte forma: 30,4% para Reitoria; 21,7% para Araguatins e Palmas; 13,0% em Paraíso; 8,7% em Dianópolis; e 4,3% em Araguaína.

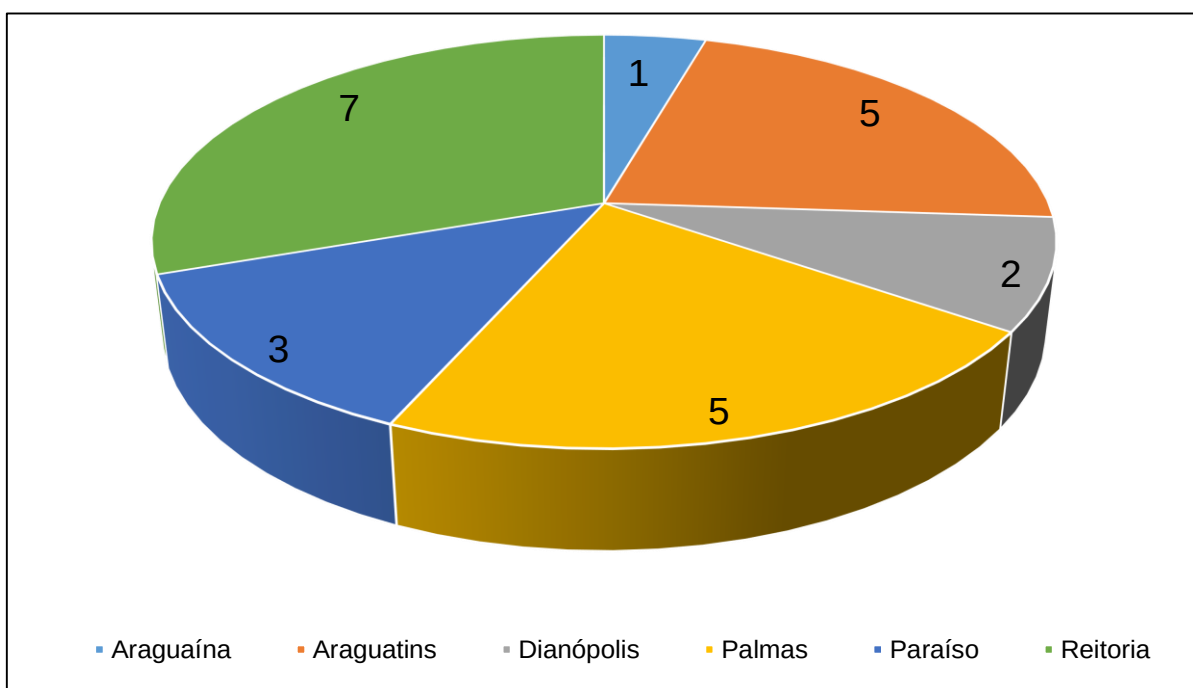


**Figura 4.** Distribuição dos pregões eletrônicos do IFTO do ano de 2016 por unidade.

Contudo, vale ressaltar que IFTO adota como plano de trabalho, processos de licitações compartilhados, aquisição de produtos, bens e serviços para os *campi* em que de acordo com a necessidade de uma unidade consumidora, em um único processo de licitação (comunicação verbal do Professor Rodrigo Gori), desta forma o IFTO torna-se eficiente de acordo com os princípios da Administração Pública subsidiado pela Constituição Federal de 1988.

A Figura 5 demonstra a classificação desses processos quanto ao elemento de despesas, onde 39,1% equipamentos e materiais permanentes; 26,1% material de Consumo; 17,4% outros serviços de terceiros - Pessoa Jurídica; 8,7% material, bem ou serviço para distribuição gratuita; e 8,7% obras e instalações.

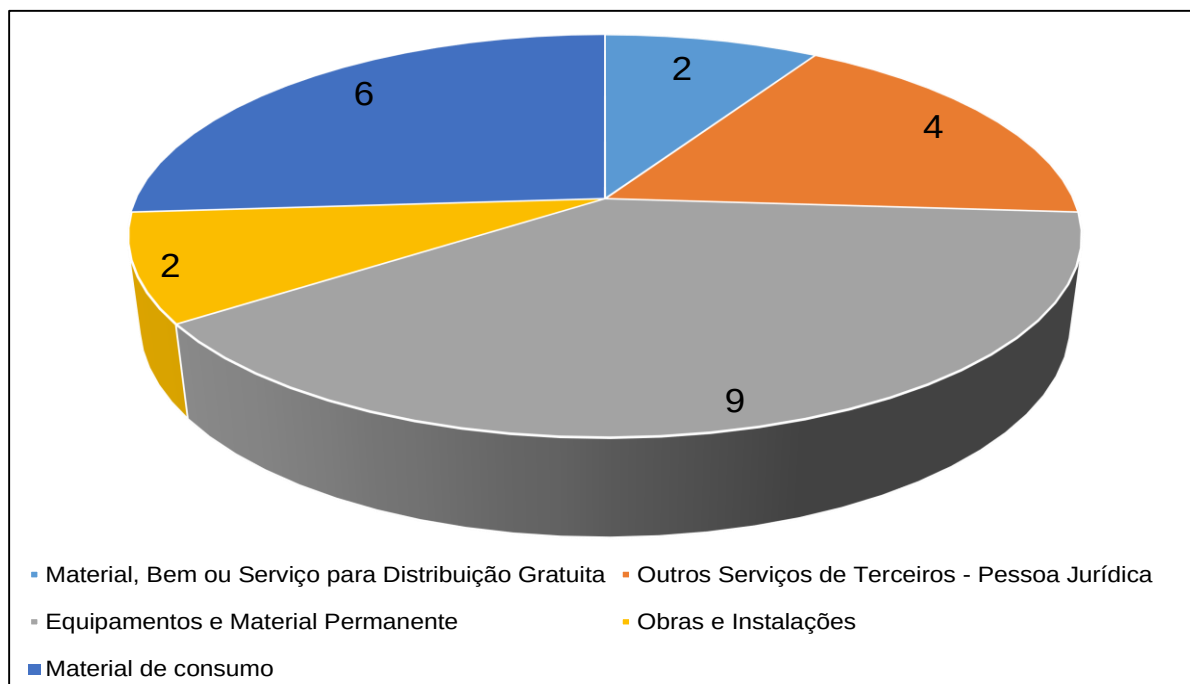


**Figura 5.** Distribuição dos pregões eletrônicos do IFTO do ano de 2016 por elementos de despesas.

Com relação à sustentabilidade (Figura 6) desses processos, estes apresentam os seguintes resultados: 65,2% com econômico; 8,7% para social; 17,4% com social/econômico; 4,3% econômico/ambiental; 4,3% para não houve sustentabilidade; e 0% ambiental/sócio, ambiental e sócio/econômico/ambiental.

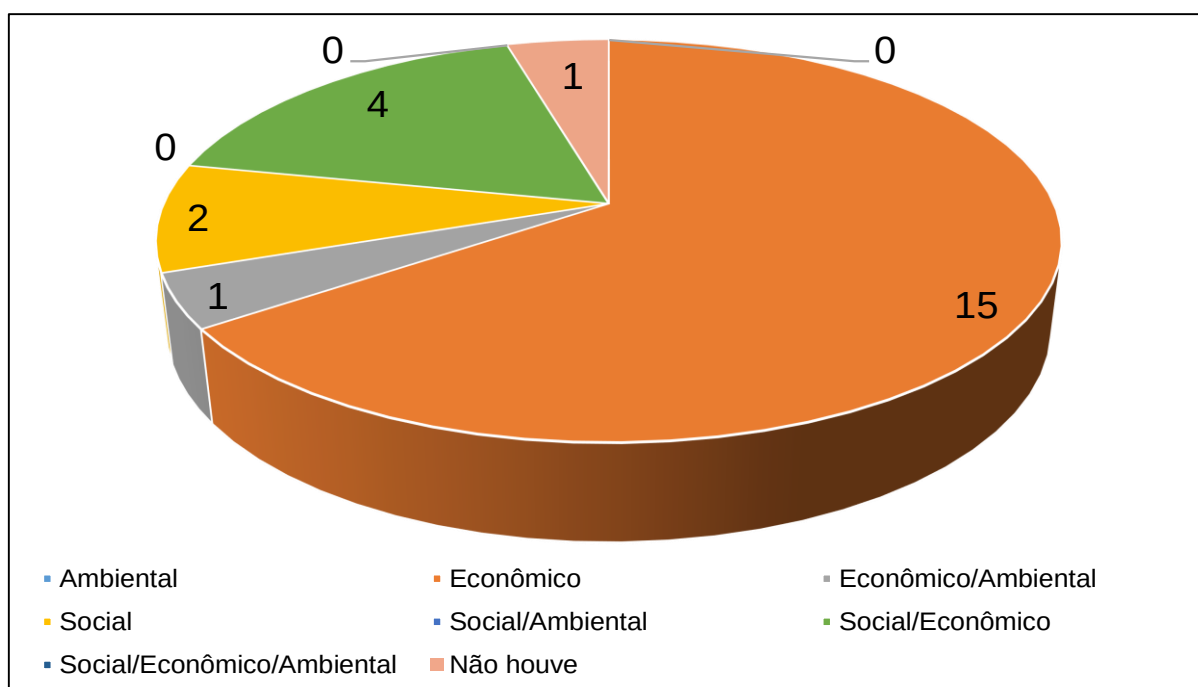


**Figura 6.** Classificação dos pregões eletrônicos do IFTO do ano de 2016 em sustentabilidade.

A respeito da sustentabilidade desses processos nas unidades do IFTO, as informações da Figura 6, demonstram que 95,7%, atendem o A3P. De acordo com o Programa de Desenvolvimento Institucional de 2015-2019, o IFTO, apresenta a preocupação com a sustentabilidade, por intermédio da visão onde: “ser referência no ensino, pesquisa e extensão, com ênfase na inovação tecnológica de produtos e serviços, proporcionando o desenvolvimento regional sustentável. (IFTO, 2015)”, mas não atendeu essa premissa em 4,3% dos processos de 20116. Pois Monteiro & Camelo (2015), verificaram que as práticas sustentáveis nos processos licitatórios não ocorreram em até 60%, diferente do resultado da Figura 6.

Contudo, percebe-se que 65,2% das licitações dão tratamento preferencial as microempresas e empresas de pequeno porte, segundo orientação de Brasil (1993), orientação estas estão voltadas apenas para sustentabilidade econômica (Lei Federal n.º 8.666/193 no parágrafo 14), as recomendações da A3P são sustentabilidade social, ambiental e econômica (BRASIL, 2009).

O primeiro passo no âmbito de sustentabilidade foi a Conferência de Estocolmo em 1972, mas somente após a Conferência das Nações Unidas (RIO 92) que houve a preocupação sobre o desenvolvimento sustentável. Por mas que há pratica da sustentabilidade é difícil tê-la unida nas três esferas, pois a complexidade do assunto se dá até mesmo pela definição do que é sustentabilidade. Nesse caminho a Organização das Nações Unidas (ONU) através do relatório “Nosso futuro comum” publicado pela Comissão Brundtlandem 1987 elaborou o conceito onde: *“Desenvolvimento sustentável é aquele que busca as necessidades presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atender suas próprias necessidades”*(ONU, 1987).

Além disso, as informações da Figura 6 demonstra que o IFTO apresenta potencial para desenvolvimento da sustentabilidade, e de acordo com os apontamentos de Cavalcante (2012), as instituições do setor público têm missão direta em promover o bem-estar e a sustentabilidade para a sociedade, onde a instituição poderá buscar outras certificações ambientais.

A Tabela 3 exibe matriz de S para as medidas de conformidade para figura 6 (65,2% com econômico e 0% ambiental/sócio/ambiental).

**Tabela 3.** Matriz S para as licitações realizadas no ano de 2016 do IFTO.

| PRESSÃO                                                          |                                                                          |                                                                                                       |                                                                                                                                                                |
|------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Internas                                                         |                                                                          | Externas                                                                                              |                                                                                                                                                                |
| Eficácia na Administração Pública                                |                                                                          | Sustentabilidade.                                                                                     |                                                                                                                                                                |
| ESTADO                                                           |                                                                          |                                                                                                       |                                                                                                                                                                |
| Forças                                                           | Fraquezas                                                                | Oportunidades                                                                                         | Ameaças                                                                                                                                                        |
| Adesão ao A3P                                                    | Baixa aquisição de bens e produtos com sustentabilidade sócio/ambiental. | A lei 8.666/93 § 14 sugere aquisição de bens e produtos de microempresas e empresas de pequeno porte. | As Leis que regem os processos licitatórios impedem as entidades públicas quanto à escolha exclusiva de empresas da região.                                    |
| RESPOSTAS                                                        |                                                                          |                                                                                                       |                                                                                                                                                                |
| Realizar (forças + oportunidades)                                | Confrontar (forças + ameaças)                                            | Estimular (fraquezas + oportunidades)                                                                 | Proteger (fraquezas + ameaças)                                                                                                                                 |
| Promover mais aquisição de bens e produtos com sustentabilidade. | Revisão das leis para promover as empresas e produtos locais.            | Identificar com o máximo de detalhes possíveis a descrição de produtos sustentáveis.                  | Incentivar as microempresas e empresas de pequeno porte para a produção de bens e produtos sustentáveis em maior escala conduzindo assim a preços mais baixos. |

As informações a respeito das *pressões internas* e *externas*, os resultados demonstraram que a instituição possui eficácia na Administração Pública pela adesão à A3P nos processos licitatórios de modalidade pregão eletrônico, segundo as diretrizes de Brasil (2011) que se referem ao Programa A3P. Para o *estado*, a adesão do IFTO no Programa A3P, orienta que as compras sustentáveis promovam o desenvolvimento nacional sustentável baseado no tripé social, ambiental e econômico. Nas *respostas*, as ações das empresas públicas juntamente com o poder Legislativo devem propor leis complementares que modernizem e permitam que os processos licitatórios sustentáveis possam verdadeiramente promover o desenvolvimento regional sustentável, obedecendo aos princípios de Brasil (1993).

Além disso, Moura (2013) elenca que apontadas para a adoção de compras públicas sustentáveis o estado pode estabelecer políticas e alcançar metas ambientais e sociais sem onerar o orçamento público deixando o mercado

competitivo para atender as demandas, atingindo os devidos objetivos cumprindo as metas ambientais e diretrizes sociais, ou seja, o governo não tem que absorver novos custos para que a sociedade cumpra padrões ambientais e diretrizes sociais. Propõe ainda que compras públicas sustentáveis ajudam o governo a atingir as metas de sustentabilidade.

Contudo, Luiz et al. (2015) apontam aspectos negativos na licitação sustentável, pois são muitas vezes a dificuldade de exigir mais a questão sustentável devido ao pequeno número de fornecedores que atendem aos requisitos de sustentabilidade, outro ponto refere-se que produtos sustentáveis, ecologicamente correto ou reciclado normalmente possuem preços elevados o que fere o princípio da economicidade.

## 6 CONCLUSÃO

Na análise direcionada da A3P realizada no IFTO permitiu constatar a consciência ambiental do gestor da Pro Reitoria de Administração e também constatar as principais dificuldades enfrentadas para a realização dos pregões eletrônicos contemplando as orientações da A3P.

Diante do trabalho realizado na análise das licitações, modalidade pregão eletrônico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins com relação ao que sugere a Agenda Ambiental na Administração Pública conclui-se: os pregões eletrônicos do ano de 2016 atendem a sustentabilidade, porém certificou-se que 65,2% dos processos realizados enquadram-se na modalidade sustentabilidade econômica. O resultado apresentado não considera como social por não estarem inseridas as empresas da região e nem tão pouco ambiental por não ter diagnosticado referências ambientais nos produtos.

Na utilização da ferramenta administrativa Matriz SWOT certificando-se que a baixa aquisição de bens e produtos com sustentabilidade sócio/ambiental, diagnosticada pela análise dos documentos, edital do pregão eletrônico e ata de homologação concomitante com as leis, normas e decretos dificultam que as compras sejam realmente sustentáveis e promovam o desenvolvimento regional.

Percebe-se também o fato dos produtos sustentáveis, produtos ecologicamente corretos ou recicláveis, serem aparentemente de alto valor econômico estando de inconformidade com o princípio da economicidade. De contra partida havendo uma maior interação entre as entidades públicas e as empresas e/ou produtores de tais produtos sustentáveis havendo uma demanda maior estimulará maior ofertar o que conseqüentemente consistiram em preços mais baixos.

Ainda, a Matriz de S sugere-se a revisão das Lei Federal n.º 8.666/1993 e correlatas, para promover as microempresa e empresas de pequeno porte regionais, visando o desenvolvimento sócio, econômico e ambiental da região.

Os resultados obtidos nos permitem afirmar que apesar da sustentabilidade alcançada ainda há um longo caminho a ser percorrido para realmente alcançar o que propõem a sustentabilidade idealizada na RIO 92.

## REFERÊNCIAS

BRASIL, República Federativa. **A3P em números**. 2017. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/a3p/a3p-em-numeros>. Acessado em: 24 Mai. de 2017.

\_\_\_\_\_. **Decreto Nº 7.746/2012**. Regulamenta o art. 3º da Lei n 8.666/1993, para estabelecer critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal, e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública – CISAP. Brasília: Diário Oficial da União, 2012.

\_\_\_\_\_. **Recomendação do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) n.º 12/2011**. Recomenda a adoção de práticas sustentáveis no âmbito da Administração Pública. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2011.

\_\_\_\_\_. **A3P: Agenda Ambiental na Administração Pública**. 5. ed. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2009.

\_\_\_\_\_. **Decreto Federal n.º 5.450/2005**. Regulamenta o pregão, na forma eletrônica, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União, 2005.

\_\_\_\_\_. **Lei Federal n.º 10.520-17/2002**. Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União, 2002.

\_\_\_\_\_. **Decreto Federal n.º 3.555/2000**. Aprova o Regulamento para a modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns. Brasília: Diário Oficial da União, 2000.

\_\_\_\_\_. **Lei Federal n.º 8.666/1993**. Regulamenta o art. 37, inciso XXI da Constituição Federal. Institui normas para licitações e contratos da administração pública e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União, 1993.

\_\_\_\_\_. **Constituição Federal de 1988**. Brasília: Imprensa do Senado Federal, 1988.

\_\_\_\_\_. **Lei Federal n.º 6.938/1981.** Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União, 1981.

CARVALHO, D.B.; SOUSA, E.S. **Agenda ambiental da administração pública (A3P) e licitações sustentáveis:** um estudo no restaurante universitário da Universidade Federal do Piauí. Florianópolis: Universidade Federal Santa Catarina. In.: COLOQUIO DE GESTIÓN UNIVERSITARIA EN AMÉRICAS, 13., 2013. p.1-17.

CAMELO, G.L.P.; MONTEIRO, M.O. Agenda ambiental na administração pública-a3p nos Campi do IFRN: um olhar a partir dos gestores. **EmpíricaBR-Revista Brasileira de Gestão, Negócio e Tecnologia da Informação**, v. 1, n. 1, p. 26-42, 2015.

CELLARD, André. "A análise documental". In: POUPART, Jean. **A Pesquisa Qualitativa:** enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2008, p. 295-316.

CHIAVENATO, I. **Administração.** Rio de Janeiro: Elsevier Brasil, 2007.

CAVALCANTE, M.L.S.A. Administração Pública e Agenda Ambiental–A3P- Considerações sobre a implementação nos órgãos públicos. **Revista Controle-doutrinas e artigos**, v. 10, n. 1, p. 193-216, 2012.

COELHO FILHO, O.; SACCARO JUNIOR, N.L.; LUEDEMANN, G.. **A avaliação de ciclo de vida como ferramenta para a formulação de políticas públicas no Brasil.** Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada-IPEA, 2016.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS, IFTO. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2015-2019.** Disponível em: [www.iftto.edu.br/plano-de-desenvolvimento-institucional-2015-2019.pdf](http://www.iftto.edu.br/plano-de-desenvolvimento-institucional-2015-2019.pdf). Acessado em: 11 de agosto de 2016.

LUIZ, L.C.; RAU, K.; FREITAS, C.L.; PFITSCHER, E.D. Agenda ambiental na administração pública (a3p) e práticas de sustentabilidade: estudo aplicado em um instituto federal de educação, ciência e tecnologia. **Administração pública e gestão social**, v. 5, n. 2, p. 54-62, 2013.

MOURA, A.M.M. As compras públicas sustentáveis e sua evolução no Brasil. **Boletim Regional, Urbano e Ambiental**, v. 07, n. 1, p. 23-33, 2013.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. (ONU). Nosso Futuro Comum. Zurique: ONU, 1987.

RICHARDSON, R.J. **Pesquisa social:** métodos e técnicas. 3. Ed – São Paulo: Atlas, 1999.

SANTOS, T. **A3P no IFTO:** um estudo de caso. Palmas: Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Tocantins. In: JICE-JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E EXTENSÃO,4. 2013. p.1-5.